

Amanhã, outra discussão: o ajuste do Orçamento.

7 NOV 1988

JORNAL DA TARDE

O ajuste do Orçamento da União para o próximo ano será discutido amanhã por técnicos da área econômica do governo e assessores de empresários e trabalhadores que assinaram o pacto social. Na opinião do secretário-geral do Ministério da Fazenda, Paulo Cezar Ximenes, "esta divisão de poder e responsabilidade nos ajuda muito a dar um aperto adicional na área fiscal do governo".

Segundo Ximenes, somente depois dessa reunião técnica é que o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, voltará a discutir com o presidente José Sarney os detalhes do ajuste fiscal, já aprovado nos seus princípios pelo presidente. Mas o secretário aponta ainda outra vantagem na participação de empresários e trabalhadores na discussão do ajuste fiscal: o envolvimento da sociedade no combate à inflação.

"Este não é só um problema técnico, aritmético, mas envolve até aspectos psicológicos, como a expectativa de choques e congelamento de preços, por exemplo", assegura Ximenes. No entanto, o pacto não interrompeu a remarcação diária dos preços nem serviu para estimular a população a fiscalizá-los. A única saída, como vinha acontecendo antes do pacto, é pesquisar os preços, em busca de melhores ofertas.

O pacto social não tem as mesmas características do Plano Cruzado, quando a indústria e o comércio foram obrigados a congelar seus preços. Por isso, as remarcações não estão proibidas, e quem desobedecer ao limite máximo acertado no pacto — de 26,5% para este mês e de 25% em dezembro — não será punido. Edmundo Klotz, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e um dos empresários que assinaram o pacto, aponta vários setores que não terão condições de cumprir o acordo, e cita como exemplo a indústria do carrão.

Segundo Klotz, a retirada do subsídio ao trigo e a proibição do repasse do custo adicional ao produto estão criando dificuldades graves para as empresas. Aliás, a elaboração da lista de produtos e preços para a fiscalização do cumprimento do pacto já foi apontada como o principal problema dos



Ximenes: novo aperto.

membros do comitê de empresários para o acompanhamento do acordo. E há uma razão para isso: a disparidade dos preços cobrados por um mesmo produto nos vários pontos do País impede a elaboração de uma única lista de preços e produtos.

Reduzir o déficit

O governo federal não está dividindo responsabilidades e poder somente com os signatários do pacto social. Antes do acordo, o Congresso Nacional já estava envolvido — por determinação da nova Constituição — com a distribuição de verbas para programas oficiais, gastos e investimentos da União, através da Comissão Mista de Orçamento e Finanças.

Segundo Paulo Cezar Ximenes, a intenção do governo é reduzir para menos de 2% o déficit público da União para o próximo ano, "e o pacto antiinflação vai nos ajudar nessa tarefa". A intenção do governo de reduzir ainda mais o déficit de 89 é um fator positivo nas negociações com trabalhadores e empresários, acredita o secretário-geral da Fazenda. Ele também garante que com a organização das políticas monetária e financeira fica mais fácil o combate à inflação e o aprofundamento das decisões nas áreas de preços e salários, tomadas em conjunto por empresários, trabalhadores e governo.

O governo federal tem até o próximo dia 18 para enviar ao Congresso a proposta do Orçamento de 89. Antes desta data, as previsões finais para o déficit público estarão definidas, com apoio — espera Ximenes — de quem assinou o pacto social. Mas até lá o secretário-geral do Ministério da Fazenda admite que possam ocorrer muitas negociações para se estabelecer os detalhes do ajuste adicional no orçamento.